

**HABEAS CORPUS Nº 480.981 - SP (2018/0315100-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : PAULO HENRIQUE CARNEIRO BARREIROS  
**ADVOGADO** : PAULO HENRIQUE CARNEIRO BARREIROS - SP077413  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCIO DA SILVA REGO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **MÁRCIO DA SILVA REGO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi preso preventivamente em conjunto com mais 11 suspeitos por envolvimento na prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva. A denúncia foi oferecida no dia 25/5/2018.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *habeas corpus*, alega constrangimento ilegal consubstanciado na incompetência do Juízo da Comarca de Cananéia, sobretudo porque a prova da materialidade delitiva dos supostos delitos encontrar-se-ia vinculada a outro processo, cujo trâmite ocorre em comarca diversa. Sustenta que o paciente é primário e possui ocupação lícita.

Pleiteia a concessão da ordem para que seja revogado o decreto de prisão preventiva.

Informações prestadas pela instância de origem (e-STJ, fls. 103-108).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (e-STJ, fls. 111-118).

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Acerca da prisão preventiva, o Juízo singular consignou que:

“No curso das investigações, procedeu-se à interceptação das comunicações telefônicas dos investigados com extensão das investigações para outros suspeitos de integrarem organização criminosa. Durante o acompanhamento das investigações foi possível verificar que os investigados fazem da prática destes delitos seu meio

de vida. Há indicações da prática tanto de crime de tráfico de drogas, conforme as transcrições de conversas telefônicas interceptadas com autorização judicial, como também de outros delitos. Há notícias de que os agentes têm funções específicas dentro de organização criminosa, como foi bem detalhado nos relatórios apresentados até o momento pela DISE.

[...]

É o caso de deferimento do pedido, eis que estão presentes os requisitos da prisão preventiva - *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*. Dentre os fatos que merecem inicial destaque, aponta-se a apreensão de narcóticos de propriedade de Zenivaldo de Paula no dia 12 de julho de 2017, o que foi objeto do RDO n. 579/2017, e a apreensão, pela Polícia Rodoviária Estadual, de 36,9kg (trinta e seis quilos e novecentos gramas) de maconha, bem como de 1.8kg (um quilo e oitocentos gramas) de cocaína. Acerca da última ocorrência citada, diálogos interceptados apontam que Adriano seria o destinatário dos narcóticos apreendidos, o que o coloca na condição de narcotraficante que, provavelmente, abastece não apenas Cananéia, mas outras cidades do Vale do Ribeira

[...]

Ao término das investigações, foram identificados os seguintes indivíduos que possuem envolvimento com o tráfico de drogas na região, segundo os relatórios da DISE:

[...]

**Marcio da Silva Rego**, adquiriu narcóticos de **Adriano** para abastecer usuários finais, com lucro

[...]

Da mesma maneira, a ligação de Robson de Pontes Ferreira, vulgo Robinho, com as atividades de narcotráfico desempenhadas por Adriano se comprova pelos diálogos interceptados que foram gravados às fls. 395/398. Evidencia-se que os interlocutores tratam do preparo de cocaína e de maconha, discutindo, ademais, sobre os preços praticados por fornecedores. Robinho ainda confirma a posse de drogas às fls. 403.

Ao lado de Robinho, Glemerson de Pontes Ferreira atua no narcotráfico em Cananéia, por conta de Adriano, adquirindo entorpecentes deste (fls.

443/445). Às fls. 404, vê-se que **Marcio Ganso adquire drogas de Adriano para comercializá-las com lucro.**

[...]

**O *periculum libertatis* se extrai do fato de que a organização integrada pelos agentes atua concertadamente com o tráfico de drogas, de maneira contínua.** Em liberdade, os investigados continuarão a delinquir. Devem ser segregados cautelarmente para **garantia da ordem pública.**” (e-STJ, fls. 35-44.)

O Tribunal de origem ao ratificar a decisão pontuou que:

“Consta que o paciente Márcio da Silva Rego, vulgo 'Marcio Ganso', no dia 22 de julho 2017, em Cananéia, adquiriu<sup>14</sup> (catorze) porções de

cocaína em pó para distribuir entre usuários, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Depreende-se que Adriano Pontes Peniche vendeu a citada droga para Marcio, que mantinha um vínculo associativo com animus de estabilidade com Adriano, solicitando drogas a serem pagas depois de revendidas e até mesmo créditos de celular (fls. 419)

[...]

A prisão sem condenação é medida excepcional, devendo ser imposta, ou mantida, apenas quando houver prova da existência do crime, indício suficiente de autoria e, ainda, forem atendidas as exigências dos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal

[...]

No caso vertente, a prisão cautelar deve ser mantida, ante a gravidade dos fatos narrados nos autos, diante da suposta comercialização de entorpecente, bem como de suposto envolvimento em associação para a prática de tráfico. Ademais, a aludida decisão que decretou a prisão preventiva do paciente destacou que há prova da materialidade e suficientes indícios de autoria dos crimes e ressaltou as degravações realizadas em interceptações telefônicas que instruem os autos do inquérito policial. Assim, considerando as circunstâncias acima pormenorizadas, as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319, do CPP, não se mostram suficientes. **Observe, ainda, que as investigações em tela tiveram início em meados de março de 2016 (fls. 45 dos autos principais) e não estão adstritas à apreensão de entorpecentes ocorrida na cidade de Pedro de Toledo, como alega o impetrante.** Nesse sentido, destaco os elementos informativos, requerimentos e decisões de fls. 45, 46/48, 80/81, 84/85, 90, 92, 94, 101, 105/106, 108/110, 111/113, 116/123, 133/136, 147/149, 154/155, 156/158 e outras, todas decorrentes da atividade investigativa realizada em data anterior àquela aduzida no corpo do presente remédio constitucional como data da apreensão do entorpecente que ensejaria a prevenção e conexão dos autos. **Assim, resta evidente que a atividade investigativa realizada na comarca de Cananéia não está adstrita à apreensão de entorpecente realizada na cidade de Pedro de Toledo, de modo que não há de se falar em incompetência do juízo prolator do decreto de custódia cautelar**

[...]

Inexiste, portanto, o alegado constrangimento ilegal. Por fim, diante da gravidade e particularidades do caso concreto, impõe-se observar que os predicados pessoais do paciente não tem o condão de amparar um decreto liberatório, pois permanecem hígidos os requisitos legais para a decretação da prisão cautelar, sem que tal implique reconhecimento antecipado de culpa do acusado.” (e-STJ, fls. 85-89.)

Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, para garantia da ordem pública, instrução processual e aplicação da lei penal, diante do *modus operandi* da suposta conduta criminosa, indicando a periculosidade do paciente ao integrar organização criminosa estruturada e com grande capacidade financeira, vocacionada à prática habitual do tráfico ilícito de drogas e como forma de sustento próprio.

Ademais, as investigações colhidas no processo demonstram que tanto o paciente como os demais envolvidos ocupam funções específicas dentro da organização criminosa, com o fim de distribuir os entorpecentes em diversas cidades do Vale do Ribeira.

Dessa forma, demonstrada a gravidade concreta dos delitos, bem como sua habitualidade (prática reiterada), observa-se a utilização de fundamentação idônea a justificar a prisão cautelar para garantia da ordem pública, visando a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, conforme ocorreu na espécie.

Nesse sentido, confira-se recente julgado de minha relatoria:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. 1. [...]

2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. No caso dos autos, a prisão preventiva está justificada, pois lastreada nos elementos colhidos da investigação da "Operação Vetus Mongone", que delineou a atividade de organização criminosa especializada no tráfico interestadual de drogas, tendo sido apreendidos, em um dos seus desdobramentos, 89,02 kg de maconha, circunstância que demonstra a concreta gravidade da conduta delituosa e o habitual envolvimento do paciente com a narcotraficância, de forma a legitimar a custódia cautelar.

4. "A custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa." (RHC 122.182, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, j. 19/8/2014.

5. [...] 8. *Habeas corpus* não conhecido." (HC 481.426/DF, de minha relatoria, QUINTA TURMA, j. 21/3/2019, DJe 26/3/2019.)

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. RESISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS. INTEGRANTE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. I - [...]

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal

medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente em razão dos indícios de que o ora paciente integra a organização criminosa TCP, sendo que 'o acusado é conhecido por ser o gerente da boca de fumo da localidade', circunstâncias que denotam a periculosidade da conduta e revelam a indispensabilidade da imposição da medida extrema, ante o fundado risco de reiteração delitiva. Precedentes.

IV - Segundo entende a jurisprudência do col. Supremo Tribunal Federal, a "necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva. 3. Ordem denegada" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Relª. Minª. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009, grifei).

V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

*Habeas corpus* não conhecido." (HC 482.250/RJ, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 12/3/2019, DJe 18/3/2019.)

Pelos mesmos motivos, estando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, é incabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, sendo certo também que, à luz das circunstâncias fáticas anteriormente relatadas, providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

Assim, demonstrados os pressupostos e os motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se observa constrangimento ilegal passível de ser reparado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Sobre a aventada possibilidade de incompetência do Juízo e a discussão de que a materialidade delitiva dos delitos estaria vinculada a processo e comarca diversos, louvo-me nas razões expendidas no parecer ministerial (e-STJ, fl. 114):

"10. Em Primeiro lugar, não há falar em incompetência de juízo pois, como muito bem fundamentado pelo MP estadual às fls. 78/81, foi o Juízo de Cananéia o primeiro a tomar conhecimento formal dos crimes e atuar neles: em face da suspeita da intervenção da associação criminosa em diversas localidades do Vale do Ribeira, o MM. Juiz de Cananeia foi o primeiro a autorizar diligências policiais que dependiam de autorizações judiciais (escutas telefônicas e buscas e apreensões em domicílio) (fl. 79 e 35/47)."

Desse modo, não se verifica ilegalidade a justificar a intervenção desta

Corte.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

